



## Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa nº 25 - CEP 86800-235

Apucarana - PR - [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)

### PROJETO DE LEI Nº 295/2012

**Súmula:-** Concede subvenção mensal às Entidades que especifica, para o exercício de 2013, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:-**

### **L E I**

**Art. 1º.** Fica o Executivo Municipal, nos termos da Resolução nº 050/2012 expedida pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Apucarana, autorizado a conceder subvenção mensal, às Entidades abaixo relacionadas, nos seguintes valores:

Nº	ENTIDADES	C.N.P.J.	VALOR
01	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	75.295.188/0001-41	4.904,00
02	(Asilo) Lar São Vicente de Paulo	75.295.212/0001-42	4.906,67
03	CEPES – Centro Educ. Profissionalizante Esperança	00.361.815/0001-04	4.900,00
04	CASA – Centro de Apoio Social ao Adolescente	04.313.535/0001-73	4.804,00
05	Grupo Soma - Lar Sagrada Família	73.415.739/0001-38	5.132,67
06	CEPRHUSB – Centro Promoção Humana São Benedito	77.357.285/0001-75	3.229,00
07	CICCAK – Recanto da Criança Allan Kardec	78.300.670/0001-10	3.229,00
08	EDHUCCA – Escola de Desenvolvimento Humano Casa Caminho	04.559.580/0001-02	4.804,00
09	RENASCER – Projeto Renascer	04.690.777/0001-86	2.500,00
10	COCAP – Cooperativa Mista de Trabalho e Produção de Catadores e Separadores de Material Reciclável de Apucarana	06.017.304/0001-48	2.229,00
11	VICENTINOS – Conselho Central de Apucarana	01.372.901/0001-77	1.000,00
12	Casa de Misericórdia Resgate de Deus	06.354.576/0001-33	5.132,66
13	COMANDER – Comando Anderson de Defesa ao Cidadão	03.845.338/0001-32	3.229,00

**Art. 2º.** As subvenções as Entidades acima enumeradas, serão concedidas em 12 (doze) parcelas iguais, no período de janeiro a dezembro de 2013, sendo que as mesmas estão devidamente cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Apucarana.

**Art. 3º.** As entidades beneficiadas deverão protocolar junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Apucarana Plano de Trabalho para devida análise e aprovação.

**Art. 4º.** Após aprovação do Plano de Trabalho pelo órgão de classe competente, o mesmo deverá ser imediatamente encaminhado a Controladoria Interna do Município de

Vida Sim – Drogas Não  
Denúncias ou Sugestões para a Segurança Pública  
Ligue para 0800-643-1161





## Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa nº 25 - CEP 86800-235

Apucarana - PR - [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)

Apucarana, para confecção do Termo de Convênio e devido registro no Sistema Integrado de Transferências – SIT.

**Art. 5º.** Cada entidade subvencionada pelo Município, deverá prestar contas mensalmente dos recursos repassados junto ao Sistema Integrado de Transferências - SIT, nos termos da Resolução nº 028/2011 de 06 de outubro de 2011 e Instrução Normativa nº 061/2011 de 01 de dezembro de 2011 emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Parágrafo Único.** Somente fará jus à parcela seguinte, as entidades que procederem ao devido registro e fechamento mensal da prestação de contas no sistema acima referido, estando sujeito à análise e aprovação da concedente.

**Art. 6º.** As subvenções concedidas nos termos desta lei estarão sujeitas a fiscalização e controle da Controladoria Interna do Município de Apucarana e aos demais órgãos de controle externo.

**Art. 7º.** Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

**Município de Apucarana, em 12 de dezembro de 2012.**

*João Carlos de Oliveira*  
**Prefeito Municipal**



## **Prefeitura do Município de Apucarana**

Centro Cívico José de Oliveira Rosa nº 25 - CEP 86800-235

Apucarana - PR - [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores, e  
Senhoras Vereadoras:-

A concessão de subvenções sociais, disciplinada pelos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64, destina-se a atender despesas de custeio de instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural sem finalidade lucrativa, cabendo ao controle interno do órgão concedente e ao Tribunal de Contas a sua fiscalização.

Quanto à concessão realizada pelo Município de Apucarana, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR editou a Resolução nº 028/2011 de 06 de outubro de 2011 e Instrução Normativa nº 061/2011 de 01 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a formalização, a execução, a fiscalização e a prestação de contas das transferências de recursos financeiros e demais repasses no âmbito estadual e municipal. Esta normatização prevê que as entidades beneficiadas terão o prazo para remessa das referidas contas à concedente estabelecido pelos órgãos de controle interno, e que as mesmas serão remetidas a Corte de Contas do egrégio tribunal juntamente com as prestações de contas anuais.

Cabe aos responsáveis pelas entidades beneficiadas a preocupação com a correta aplicação dos recursos recebidos, atentando não somente para a legalidade da realização das despesas, mas também para a finalidade dessas transferências, vez que a subvenção social só pode ser utilizada em despesas de custeio, definidas na Lei Federal nº 4.320/64 como aquelas que se prestam "à manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis".

Ao Tribunal de Contas, no cumprimento de sua competência constitucional, cabe a função de fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos pelos entes governamentais a título de subvenção social, apurando as responsabilidades e aplicando as sanções devidas quando verificada ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, como determinado pela Legislação.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Vereadores e Vereadoras na aprovação deste Projeto de Lei.

**Município de Apucarana, em 12 de dezembro de 2012.**

*João Carlos de Oliveira*  
**Prefeito Municipal**

*Vida Sim – Drogas Não*  
*Denúncias ou Sugestões para a Segurança Pública*  
*Ligue para 0800-643-1161*



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APUCARANA**  
**GESTÃO 2011-2013**

**RESOLUÇÃO 050/2012**

**SÚMULA:** Delibera quanto a Partilha de Recursos da Subvenção Municipal para as Entidades Inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Apucarana para celebração de convênios 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Apucarana, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 210 de 23 de Novembro de 2009. Em reunião ordinária realizada no dia **06/12/2012, às 08:30 horas**, na Entidade C.A.S.A. em Apucarana- Paraná.

**Considerando Resolução Tribunal de Contas do Estado do Paraná n.º. 28/2011** que dispõe sobre a formalização, a execução, a fiscalização e a prestação de contas das transferências de recursos financeiros e demais repasses no âmbito estadual e municipal, institui o Sistema Integrado de Transferências – SIT.

**Considerando INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 61/2011** Regulamenta a Resolução n.º 28/2011, dispõe sobre a formalização, a execução, a fiscalização e a prestação de contas das transferências de recursos financeiros no âmbito estadual e municipal, regulamenta o Sistema Integrado de Transferências – SIT.

**Resolve:**

**Art. 1º** - Aprovar a Partilha do Recurso da Subvenção Municipal no valor de R\$50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) Mensal conforme descrito abaixo:

ENTIDADE	VALOR
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	R\$4.904,00
(Asilo) Lar São Vicente de Paulo	R\$4.906,67
CEPES – Centro Educ. Profissionalizante Esperança	R\$4.900,00
CASA – Centro de Apoio Social ao Adolescente	R\$4.804,00
Grupo Soma - Lar Sagrada Família	R\$5.132,67
CEPRHUSB – Centro Promoção Humana São Benedito	R\$3.229,00
CICCAK -- Recanto da Criança Allan Kardec	R\$3.229,00
EDHUCCA – Escola de Desenv.Humano Casa Caminho	R\$4.804,00
RENASCER – Projeto Renascer	R\$2.500,00
COCAP – Cooperativa Mista de Trabalhadores Prod.de Catadores e Separadores de Material Reciclável Apuc.	R\$2.229,00
VICENTINOS – Conselho Central de Apucarana	R\$1.000,00
Casa de Misericórdia Resgate de Deus	R\$5.132,66
COMANDER – Com.Anderson de Defesa ao Cidadão	R\$3.229,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 50.000,00</b>

**Art. 2º** As entidades acima citadas acima deverão celebrar termo de convênio em 2013 e obedecer instrução normativa n.º 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná conforme **Art. 3º** que trata da regularidade da formalização da transferência será comprovada mediante processo administrativo do concedente, que deverá ser instruído, no mínimo, com o seguinte:

**I** - o plano de trabalho, a que se refere o art. 8º da Resolução 28/2011, contendo a prévia e expressa aprovação por autoridade competente, e suas alterações, quando houver;

- II - ato constitutivo do tomador dos recursos e comprovante de sua inscrição no CNPJ;
- III - comprovação dos poderes de representação daqueles que firmarão o termo de transferência;
- IV - certidão expedida pelo Tribunal de Contas para obtenção de recursos públicos;
- V - certidão ou documento equivalente, atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente;
- VI - certidão ou documento equivalente, expedido pelo concedente, atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos;
- VII - certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social;
- VIII - certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto aos demais tributos;
- IX - certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- X - certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440/2011; - XI - título de reconhecida utilidade pública no âmbito do concedente, para as entidades privadas tomadoras de recursos;
- XII - as notas de empenho referentes aos valores da transferência para o exercício financeiro em curso;
- XIII - o termo de transferência e respectivos aditivos;
- XIV - comprovantes de publicação do termo de transferência e dos respectivos aditivos, quando houver;
- XV - comprovantes da efetiva transferência dos recursos ao tomador.

**Parágrafo único.** Quaisquer documentos que venham a ser exigidos por legislação específica como condição para o recebimento de recursos públicos passarão automaticamente a fazer parte do rol deste artigo, e deverão complementar o processo do concedente para as transferências vigentes.

**Art. 3º** Considerando o **artigo 7º da Resolução da Resolução da SIT nº 28/2011**, quando a transferência for formalizada por meio de termo de parceria ou contrato de gestão celebrado entre o concedente e tomadores qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, ou Organização Social – OS, deverão ser apresentados, entre outros, os seguintes documentos: item **III – aprovação pelo Conselho de Política Pública da área de atuação correspondente ao objeto da parceria**; as entidades deverão submeter a apreciação e aprovação dos planos de trabalho exercício 2013 ao Conselho Municipal de Assistência Social de Apucarana .

**Art. 4º** As entidades deverão apresentar junto ao plano de trabalho o **Certificado de Cumprimento dos Objetivos**: documento que certifica o cumprimento integral do objeto do termo de transferência do ano de 2012, em consonância ao **artigo 21 item V da Resolução da Resolução da SIT nº 28/2011**.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apucarana, 06 de dezembro de 2012



**AUREA LIMA CARDOSO**  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL